

Bens bloqueados contra corrupção

A Justiça catarinense determinou o bloqueio de mais de R\$ 418 mil de um ex-diretor da SCPar Porto de Imbituba. A decisão resulta de pedido da segunda Promotoria de Justiça da Comarca de Imbituba. Na ação civil pública, o Ministério Público (MPSC) busca responsabilizar o ex-diretor por direcionamento em uma licitação, realizada em 2018, para a locação de veículo para atendimento à presidência. Se condenado, o ex-diretor-presidente, cujo nome não foi divulgado pelo MPSC, pode ter que ressarcir integralmente o dano, ter suspensos os direitos políticos de cinco a oito anos e pagar multa civil de até duas vezes o valor do dano, entre outras penas previstas. É pertinente lembrar que a organização teve dois presidentes em 2018: Rogério Pupo, ainda no período de Raimundo Colombo (PSD) como governador; e Osny Souza Filho, que tomou posse quando Colombo se licenciou e Eduardo Moreira (MDB), até então vice-governador, assumiu o cargo.

Pessoas desaparecidas

A deputada federal Geovania de Sá (PSDB) prepara para a próxima quarta-feira (11) o lançamento da **Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas**, da qual será presidente. O evento já tem importantes presenças confirmadas, como a da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, e da secretária Nacional da Juventude, a catarinense Jayana Nicaretta da Silva. No Brasil, até agosto de 2018, mais de 80 mil pessoas estavam desaparecidas. Só Santa Catarina, até 31 de julho deste ano, somou mais de 1,4 mil desaparecidos.



Divulgação

Setembro Amarelo



Agência AI

O tema suicídio voltou à pauta da Assembleia na sessão dessa terça-feira (3). Presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, deputado Ismael dos Santos (PSD), falou da tribuna do Setembro Amarelo, iniciativa que visa conscientizar sobre o problema, ainda tratado como tabu. Enquanto o tabu resiste, os números só crescem. E as idades são cada vez mais baixas. “O suicídio já é a segunda causa de mortes evitáveis, atrás somente dos acidentes de trânsito”, apontou. Na maior parte das vezes, a depressão esteve na “antessala” do suicídio, assim como o uso de drogas, sejam lícitas ou ilícitas. “Neste caso, conscientizar é salvar vidas.”

“As famílias estão sofrendo, perderam o ente querido, e ainda sofrem para ter acesso a essa indenização que lhes é de direito. A abertura dessa CPI é em busca de acelerar os trâmites e minimizar o sofrimento.”

Senador Jorginho Mello (PL-SC), sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito de sua iniciativa que pretende fazer justiça aos familiares das vítimas do voo da LaMia, que resultou na morte de jogadores e equipe técnica da Chapecoense, empresários e jornalistas. O acidente aconteceu em novembro de 2016. Quase três anos depois e ainda não houve o pagamento de indenizações por parte das seguradoras

Estratégia? Deputada Paulinha (PDT) não compareceu à reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dessa segunda-feira (3). Com isso, pelo menos até a terça-feira da próxima semana fica em suspenso a tramitação do Projeto de Lei 236, que prorrogava o prazo de suspensão dos efeitos de decretos que retiraram benefícios fiscais. Segundo a assessoria da parlamentar, ela justificou que não poderia indicar qualquer posição no âmbito da CCJ, uma vez que só recebeu o texto do veto ontem mesmo. Entretanto, na Assembleia há quem entenda a ausência de Paulinha tenha sido uma estratégia, combinada com o Executivo estadual, para ganhar tempo.

Complicou O deputado Bruno Souza (sem partido) obteve aprovação em ple-

nário, por unanimidade, do requerimento que pede a devolução ou venda da residência oficial do vice-governador, cargo hoje ocupado por Daniela Reinehr (PSL). É um primeiro resultado de reportagens publicadas na semana passada pelo jornal Notícias do Dia, repercutidas pela Coluna Pelo Estado. Para o parlamentar, trata-se de “um resquício imperial”. Agora é esperar o posicionamento do governo do Estado, que não raro ignora o que repercute na Assembleia.

Do contra Deputado João Amin (PP) reclamou da postura do governo estadual no que diz respeito ao aumento de impostos e, por consequência, do preço dos produtos. “Esse governo não tem compromisso com ninguém (outros partidos). Só com Santa Catarina. E mesmo assim parece trabalhar contra nosso estado”, criticou.

SEJA QUAL FOR A SUA BANDEIRA,
ELA É A MESMA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA